

A NOVA ORDEM MUNDIAL NA ERA PÓS-BIPOLAR

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Guilherme Sandoval Góes

“O pensamento estratégico é, inevitavelmente, muito pragmático. Ele depende das realidades da geografia, da sociedade, da economia e da política (...) A história do pensamento estratégico não é a da razão pura, mas a do raciocínio aplicado”.

PETER PARET²

Resumo: O presente artigo desenvolve uma análise da reordenação estratégica do mundo pós-Guerra Fria e formula alguns parâmetros geopolíticos destinados à compreensão da nova ordem mundial. Nesse mister, será necessário efetuar, preliminarmente, um estudo da evolução do pensamento estratégico estadunidense e seus impactos na recomposição do mundo contemporâneo, o que se fará mediante o exame percuciente de mos estudar três grandes estratégias norte-americanas, a saber:

- a) A Geoestratégia da Contenção, em vigor durante toda a Guerra Fria;
- b) A Estratégia do *Engagement and Enlargement*, engendrada por BILL CLINTON no início dos anos 90 e desenvolvida a partir do colapso geopolítico do Império soviético;
- c) A Doutrina BUSH, configuração estratégica pós-11 de setembro e cuja linha dominante é a imposição da chamada *PAX AMERICANA*, aqui entendida como unipolarismo geopolítico global.

Em suma, este artigo almeja analisar as principais características da Era Pós-Bipolar, sua nova matriz de ameaças, sua nova correlação de forças geopolíticas e suas novas tendências.

INTRODUÇÃO TEMÁTICA

A antiga questão de perquirir a natureza do poder, tal qual formulada por Michel Foucault se tematiza na polêmica noção de que o poder em si não existe, não é algo como a propriedade que se possui ou não. Na visão de Foucault, o que existe são relações ou práticas de poder, o que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se disputa, que se estimula. É, portanto, com este caráter relacional foucaultiano do poder que se deve ou pelo menos se deveria interpretar as estratégias de Segurança Nacional dos EUA, tal é, em essência, a gênese de sua construção.

Com efeito, as grandes estratégias norte-americanas transcendem o escopo de sua simples nacionalidade e invadem a territorialidade dos outros países. Na verdade, a superação histórica da predominância do mundo eurocêntrico a partir do fim da Segunda Guerra Mundial abriu espaço para a ascensão da hegemonia norte-americana no mundo ocidental.

² PARET, Peter. *Construtores da estratégia moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001, p.18.

E assim é que a tarefa de compreender, em sua inteireza, a nova ordem mundial na Era Pós-Bipolar perpassa, indubitavelmente, pelo estudo da evolução do pensamento estratégico daquele País. Nesse sentido, avaliar a conjuntura internacional contemporânea não deixa de significar investigar os impactos das mudanças estratégicas operadas pelos Estados Unidos da América em relação ao resto do mundo.

Em conseqüência, este trabalho acadêmico se propõe a apresentar uma visão crítica da trajetória estratégica estadunidense, tendo como desiderato central investigar os seus principais modelos de segurança nacional, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até nossos dias. Para tanto, vamos estudar três grandes estratégias norte-americanas, a saber:

d) A **Geoestratégia da Contenção**, em vigor durante toda a Guerra Fria;

e) A **Estratégia do *Engagement and Enlargement***,³ engendrada por BILL CLINTON no início dos anos 90 e desenvolvida a partir do colapso geopolítico do Império soviético; e

f) A **Doutrina BUSH**, configuração estratégica pós-11 de setembro e cuja linha dominante é a imposição da chamada *PAX AMERICANA*, aqui entendida como unipolarismo geopolítico global.

Em exame preliminar desses três grandes modelos estadunidenses, vale destacar desde logo que a Geoestratégia da Contenção, concebida no final dos anos 40, foi utilizada por mais de quatro décadas para combater o expansionismo soviético. Nascida da visão prospectiva de GEORGE F. KENNAN, esta concepção estratégica projetou a idéia-força do confronto indireto entre as duas superpotências, dando origem, por conseqüência, à famosa Guerra Fria.

Com rigor, a confrontação bipolar somente passou a ganhar maior visibilidade estratégica a partir da formulação da DOCTRINA TRUMAN em 1947, ocasião em que os EUA abandonaram o seu isolacionismo geopolítico do interregno das guerras mundiais e assumiram posição internacional ativa ante as ações agressivas da URSS sobre o mundo livre.⁴

É a partir da DOCTRINA TRUMAN que irão se intensificar as disputas bipolares no assim chamado *Rimland eurasiânico*, áreas geográficas de alta fluidez geopolítica (Europa Oriental, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático).⁵

³ CLINTON, William. *A national security strategy of engagement and enlargement*. Washington, DC: White House Press, Feb, 1995.

⁴ Com efeito, em março de 1947, o então presidente HARRY TRUMAN fez uma importante declaração internacional, onde afirmava a decisão norte-americana de interferir diretamente em qualquer país que se sentisse ameaçado em sua condição de nação livre. Esta declaração foi a resposta ao projeto de expansão do Kremlin que naquele momento pressionava o Rei GEORGE II em plena guerra civil na Grécia. A luta entre monarquistas e comunistas naquele país era intensa e o apoio ostensivo dos EUA foi fundamental para a derrota comunista. E assim é que, a partir da Guerra Civil da Grécia de 1947, a Doutrina TRUMAN inaugurava uma nova era histórica, marcada pela intervenção positiva estadunidense em qualquer ação internacional tendente a consolidar a presença comunista. Doravante, o avanço soviético seria combatido diretamente pelos Estados Unidos. Encetava-se, efetivamente, um período de atrição de potências mundiais. Eis, portanto, a razão pela qual a Doutrina TRUMAN de 1947 simboliza o verdadeiro ponto de inflexão da política externa estadunidense, que passa de uma postura isolacionista do período entre Guerras para uma posição de liderança hegemônica no cenário mundial a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e do declínio definitivo do mundo eurocêntrico.

⁵ No âmbito da geopolítica clássica, as áreas do *Rimland* são definidas como as *bordas ou fímbrias* da Ilha do Mundo. Já o conceito de Ilha do Mundo, por sua vez, significa a área formada pelas massas continentais eurásianas e eurafricanas, ou seja, os três continentes juntos (Europa, África e Ásia). As áreas do *Rimland* são também conhecidas como “áreas de fragmentação” ou “*Shatterbelts*”, na medida em que representam áreas localizadas em pontos estratégicos, sendo, porém, ocupadas por diferentes Estados nacionais em constante disputa pelo seu domínio, mas, que, ao mesmo tempo, são, também, áreas geográficas que circunscvem

Será, portanto, dentro desse contexto de “conflitos no *Rimland*” que vamos examinar a Guerra Fria em sua dúplice perspectiva, qual seja, de um lado, a *expansão mackinderiana da URSS* e, do outro, a *contenção spykmaniana dos EUA*.⁶

Uma vez compreendida as relações geopolíticas bipolares, vamos, em seguida, analisar o segundo modelo, qual seja, a estratégia do *Engagement and Enlargement*, formulada em fevereiro de 1995, durante a Administração BILL CLINTON. Em linhas gerais, tal estratégia formulou os elementos essenciais de um novo conceito diretor para a política internacional norte-americana a partir da queda do muro de Berlim. Nesse sentido, deslocou o foco estratégico para a abertura mundial do comércio, em detrimento de uma cosmovisão ideológico-militarista que predominava no período que lhe antecedia. A queda da União Soviética e do Pacto de Varsóvia transformou significativamente a matriz estratégica estadunidense, deslocando-a para o domínio econômico.

No cenário imediatamente pós-desintegração soviética, o fulcro do pensamento estratégico norte-americano passou a residir no vínculo direto entre defesa nacional e economia, fenômenos que passaram então a caminhar indissolúvelmente juntos. Não foi sem razão, portanto, que a economia norte-americana atingiu o seu apogeu ainda durante a vigência da Estratégia do *Engagement and Enlargement*.⁷ Aliás, a grande crítica que se faz ao modelo de CLINTON recai exatamente nesta sua crença exacerbada na predominância da dimensão econômica dentro da matriz de segurança nacional.

Nesse sentido, se, por um lado, a queda do muro de Berlim revogou a Geoestratégia da Contenção e instaurou o modelo do *Engagement and Enlargement*, por outro, a queda das torres gêmeas invalidou a estratégia multilateral de CLINTON e inaugurou a tão contestada *Doutrina BUSH*, Era da Força e da *PAX AMERICANA*, cujo conseqüente supremo é a tentativa de impor um sistema internacional unipolar.

Com efeito, a configuração estratégica engendrada a partir do evento de 11 de setembro de 2001 optou, sem maiores preocupações com o resto do mundo, por um *cenário internacional unipolar*, no qual os interesses norte-americanos serão colocados em primeiro plano, não importando as tendências contemporâneas ao *multilateralismo de escopo global* da sociedade internacional pós-bipolar. Eis que plenamente justificados, sob a perspectiva bushiana, os conceitos de ataque preventivo e protecionismo comercial sem disfarce.

Na verdade, com a devida agudeza de espírito, é possível identificar, antes mesmo da fatídica queda das torres gêmeas do *World Trade Center*, sinais prévios de unipolarismo dentro da obra estratégica de GEORGE W. BUSH, tais como:

interesses geopolíticos das grandes potências mundiais. E assim é que a grande maioria dos conflitos internacionais durante a Guerra Fria irão acontecer nas fímbrias da Ilha-Mundo e, muito especialmente, nas regiões do Leste Europeu, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático (zonas de alta fluidez geopolítica).

⁶ Para a compreensão ampla do quadro de confrontações da geopolítica clássica (poder terrestre de HALFORD MACKINDER x Teoria das Fímbrias de NICHOLAS SPYKMAN), sugere-se o estudo da obra fundamental de CHALIAND, Gerard & RAGEAU, Jean-Pierre. *Atlas stratégique: géopolitique des rapports de forces dans le monde*. 2ed. rev., 1983

⁷ Durante a vigência da Estratégia do *Engagement and Enlargement*, ocorreu, pela primeira vez na História dos Estados Unidos, crescimento econômico significativo por nove anos consecutivos, um verdadeiro recorde.

a) A reedição do projeto “Guerra nas Estrelas”, escudo de defesa antimíssil, que tinha sido arquivado durante o Governo CLINTON;

b) O abandono da concepção estratégica da “Força em Redução” (*Shrinking Force*), na qual se previa a redução de aproximadamente 35% dos gastos militares para as décadas seguintes, tal qual estipulado na revisão estratégica de 1993 do então Secretário de Defesa Les Aspin;⁸

c) A recusa de aderir ao consenso dos novos imperativos internacionais de conservação do meio ambiente, engendrados na Convenção de Kioto;

d) O não reconhecimento da aplicabilidade às forças militares estadunidenses das normas e princípios jurídicos envolvendo a formação do Tribunal Penal Internacional;

e) O abandono da Conferência anti-racismo e, finalmente, a denúncia do importante tratado *Anti-Balistic Missile Treaty* (ABM) de redução das armas nucleares com a Rússia, denúncia esta necessária para a retomada da construção do Sistema de Defesa Estratégica Antimíssil (Reedição da Guerra nas Estrelas).

De tudo se vê, por conseguinte, que a obra estratégica de GEORGE W. BUSH já projetava, desde o começo, indícios de imposição de uma *PAX AMERICANA* voltada para a reafirmação dos mecanismos de hegemonia global do Estado norte-americano. Não é sem razão, pois, que a Doutrina BUSH vem sendo objeto de forte reprovação internacional, seja pela interrupção que provoca no processo de consolidação do multilateralismo de escopo global, seja pelo menosprezo que empresta aos demais Estados nacionais e em especial ao Direito Internacional Público (enfraquecimento do papel nas Nações Unidas quando a assunto é o terrorismo internacional ou o combate à proliferação das armas de destruição em massa).

Cumpre, finalmente, alertar ao leitor que nesta tarefa de investigar a nova ordem mundial na Era Pós-Bipolar, com a devida densidade acadêmica, outro caminho não se terá, senão o de trilhar a intrincada tessitura terminológica envolvendo as estratégias estadunidenses, comportando termos tais como: *Bottom-Up Review*, *Europe First*, *National Strategy of Engagement and Enlargement*, *KENNAN’s Containment Strategy*, *PAX AMERICANA* e muitos outros.

CAPÍTULO I

AS RELAÇÕES GEOPOLÍTICAS BIPOLARES: EXPANSÃO MACKDERIANANA X CONTENÇÃO SPYKMANIANA

⁸ Para entender o conceito estratégico da “Força em Redução”, rejeitado pela Administração BUSH, é preciso remontar ao ano de 1993 e examinar a revisão estratégica militar denominada originariamente *Bottom-Up Review*. Tal revisão foi operada sob o pálio intelectual do então Secretário de Defesa Les Aspin. Em essência, o *Bottom-Up Review*, como a indicar o próprio nome do documento (revisão de baixo para a cima), significa a decisão política de não aumentar as forças militares, mantendo, portanto, a sua atual capacidade. E assim é que, partindo-se dessa atual capacidade, chegou-se à conclusão de que era possível impor como novo imperativo militar a obrigação de ganhar duas guerras regionais ao mesmo tempo. Observe, pois, que a revisão de 1993 é o grande divisor de águas do pensamento militar norte-americano, uma vez que representa tanto a negação da doutrina armamentista de REAGAN (Guerra nas Estrelas), como o surgimento da Doutrina CLINTON (*Engajamento Militar Seletivo e Flexível*). Em síntese, é importante fixar bem a noção de que a revisão de 1993 marca o fim do ciclo de estratégias com viés nuclear (arquivamento do projeto Guerra nas Estrelas), bem como marca o início da concepção da *Força em Redução*.

Conforme já visto, anteriormente, as relações bilaterais entre os EUA e a URSS atingem patamar mais elevado de tensões geopolíticas com a chegada da DOCTRINA TRUMAN, em 1947, por ocasião da Guerra Civil na Grécia.

É a partir desse divisor de águas estratégicas que o conceito diretor da política externa estadunidense inverte seu sinal, isto é, abandona seu viés isolacionista e incorpora no seu conteúdo a idéia-força de projetar a hegemonia norte-americana em âmbito mundial. Em outras palavras, é o advento da DOCTRINA TRUMAN que passa a dar maior visibilidade estratégica ao projeto norte-americano de afirmação hegemônica, uma vez que os Estados Unidos da América começam a combater diretamente o avanço comunista em escala global.

Eis, portanto, a razão pela qual alguns analistas apontam a DOCTRINA TRUMAN como o marco inicial da formação das estruturas hegemônicas do poderio estadunidense. Com efeito, antes de 1947, nem a União Soviética era expansionista e nem os Estados Unidos tinham se desvencilhado totalmente dos últimos resquícios de sua política internacional isolacionista que mediou entre as duas grandes guerras mundiais.

O fato é que, a partir do ano de 1947, exsurge com plenitude o confronto de gigantes geopolíticos, tendo-se, de um lado, a expansão soviética pautada na escola da geopolítica mackinderiana, e, do outro, a Geoestratégia da Contenção norte-americana baseada na teoria spykmaniana das fímbrias. Cumpre, pois, perquirir tais vertentes do pensamento geopolítico clássico. É o que se fará a seguir.

Desde as Conferências de YALTA e de POTSDAM realizadas em 1945,⁹ os construtores da estratégia norte-americana estavam divididos em relação à política internacional da URSS. No seio da comunidade estratégica estadunidense, imperava grande dúvida acerca das verdadeiras intenções do Kremlin (respeito à partilha do fim da guerra ou um projeto de expansão comunista?).

Foi nesse ambiente de dúvida quanto à *compartimentagem geopolítica de 1945* que se notabilizou a visão prospectiva de GEORGE F. KENNAN,¹⁰ primeiro estrategista norte-americano a perceber que a URSS não era simplesmente um aliado difícil nas negociações de YALTA e POTSDAM, mas, ao contrário, era, inquestionavelmente, o principal opositor geopolítico dos Estados Unidos no contexto mundial que surgia. Consolidava-se, pois, a confrontação bipolar, tendo-se, de um lado, a expansão soviética e, do outro, a contenção norte-americana.

No que tange ao avanço comunista, nossa análise indica que, da mesma forma que a estratégia de Hitler na Segunda Guerra Mundial, a projeção internacional do Império soviético durante a Guerra Fria também incorporou

⁹ As conferências de Yalta e Potsdam foram realizadas no fim da Segunda Guerra Mundial sob a direção da cúpula dos vencedores da Guerra, sendo composta por Winston Churchill, Josef Stálin e Franklin Roosevelt (depois Harry TRUMAN). Tais conferências fizeram a divisão geopolítica do mundo. Pela Conferência de Yalta, na cidade da Criméia, a área de influência da URSS foi limitada ao Leste europeu, enquanto que, na Conferência de Potsdam, ocorreu a divisão da Alemanha (Berlim foi dividida em quatro zonas de influência: britânica, norte-americana, francesa e soviética). Ainda em Potsdam, a Coreia foi repartida entre os EUA e a URSS, ficando a Coreia do Sul sob controle norte-americano e a Coreia do Norte sob a influência soviética.

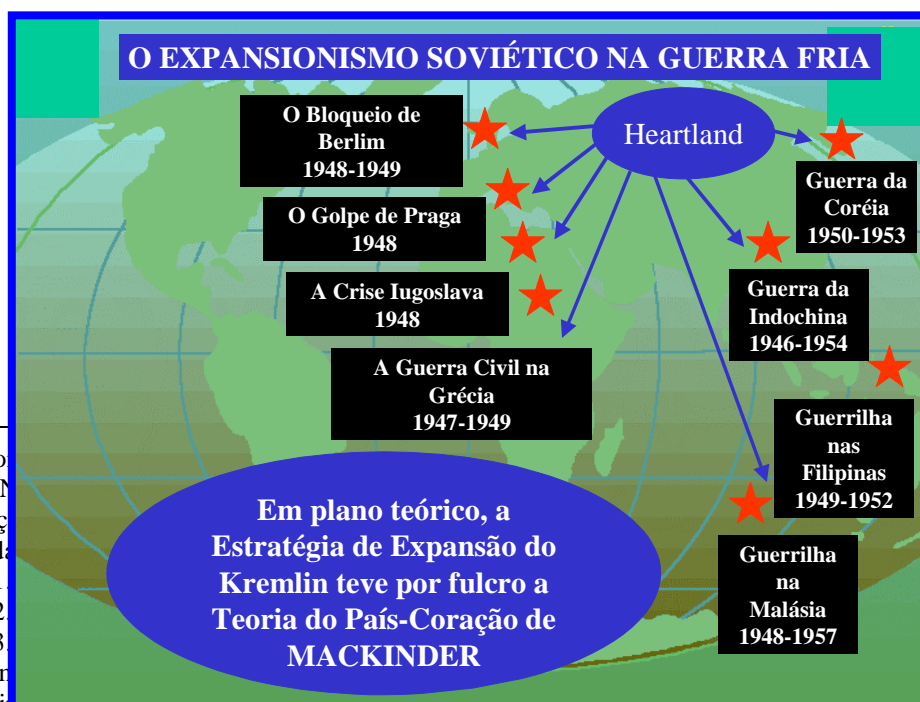
¹⁰ Seu famoso artigo “Longo Telegrama”, assinado sob o pseudônimo “Mr. X”, redigido em 1946, gerou grande polêmica nos Estados Unidos e abriu espaço para a corrente realista de política externa que não acreditava na perspectiva de cooperação internacional pautada na paz perpétua kantiana, ou seja, uma cooperação internacional baseada na coexistência harmônica entre o capitalismo e o comunismo. Urgia, pois, construir uma estratégia de reação, apta a combater o avanço comunista.

preceitos doutrinários importantes da escola mackinderiana.¹¹ De fato, a preocupação com a progressiva conquista da Ilha-Mundo transformou-se no núcleo duro da estratégia soviética. Ou seja, partindo do centro do *Coração da Terra* (Eurásia), o expansionismo do Kremlin projetou seu avanço na direção das bordas ou fímbrias dos três continentes (Europa, África e Ásia). Em outro dizer, partindo do *heartland mackinderiano*, a projeção soviética almejava consolidar suas fronteiras ao longo das massas continentais eurásianas e eurafricanas, conquistando, por conseguinte, a *Ilha Mundial*.

O raciocínio aplicado foi semelhante ao dos construtores da estratégia alemã na Segunda Guerra Mundial, qual seja, controlar o *Coração da Terra*, para em seguida, com o apoio de um poderoso aliado asiático, conquistar a Ilha Mundial e, conseqüentemente, controlar o resto do mundo. A única diferença residia no fato de que o novo “aliado”¹² era a *China Comunista* e, não, mas, o *Japão imperialista*. De qualquer maneira, controlar a Ilha Mundial, com o auxílio da China, simbolizava, naquele momento histórico, a única maneira de propagar as idéias marxistas em escala planetária, ou, pelo menos, o único modo de neutralizar o capitalismo norte-americano.¹³

Observe, com a devida agudeza de espírito, que, na busca da conquista da Ilha-Mundo, a aliança Alemanha-Japão está para a Segunda Guerra Mundial, assim como o *pseudocondomínio* estratégico URSS-CHINA está para a Guerra Fria.

Com o auxílio da figura abaixo, extraída da obra fundamental de GÉRARD CHALIAND, fica fácil demonstrar a dimensão mackinderiana do expansionismo soviético. Com efeito, a imagem apresenta, com nitidez, as linhas do avanço comunista partindo do *heartland* para as fímbrias das massas continentais eurafricanas e eurásianas.



¹¹ A teoria do Estado Mundial e o Coração da Terra comandam.

¹² O território coincide

¹³ Com efeito, o papel da China tornou-se estrategicamente crítico a partir da derrota de Chiang Kai-Shek pelos comandados de Mao Tsé-Tung, derrota esta que consolidou a Revolução Chinesa, nascendo, assim, a República Popular da China. Com tal vitória, URSS e CHINA assumem a postura de conquistar a Ilha Mundial, tal qual Alemanha e Japão na época da Segunda Guerra Mundial.

De clareza meridiana, portanto, a influência da teoria de HALFORD MACKINDER sobre a lógica de construção da estratégia soviética. Partindo do centro do Coração da Terra avança em três direções ao longo da Ilha-Mundo, a saber: Europa Oriental (países da Cortina de Ferro)¹⁴; Oriente Médio e Ásia Central,¹⁵ e, finalmente, o Sudeste Asiático.¹⁶

Uma vez compreendido o modelo mackinderiano do expansionismo soviético, cumpre sistematizar estrategicamente a reação norte-americana. Para tanto, o caminho escolhido foi o de investigar a Grande Geoestratégia da Contenção, cujo nome original é *KENNAN's Containment Strategy*, bem como examinar a chamada Teoria das Fímbrias que lhe serve de supedâneo e cujo principal idealizador é o holandês naturalizado americano NICHOLAS SPYKMAN.

Conforme já dito anteriormente, o alerta de GEORGE KENNAN evidenciou as tendências expansionistas de Moscou. Por isso mesmo, suas idéias foram rapidamente assimiladas em Washington que não tardou em articular um grandioso esquema de alianças multinacionais para isolar a União Soviética no Coração da Terra. E assim nasceu a tão propalada Geoestratégia da Contenção, cuja finalidade principal era neutralizar a exportação mundial da concepção oriental de Estado marxista de cunho anticapitalista.

Com rigor acadêmico, para compreender a contenção norte-americana, é necessário, antes, examinar seu alicerce teórico, qual seja, a Teoria das Fímbrias, uma das mais importantes concepções clássicas. Realmente, a geopolítica das fímbrias foi engendrada para se contrapor ao modelo mackinderiano, cujo empuxo arquimediano se volta para a progressiva conquista da Ilha-Mundo a partir da Terra-Coração.

Para SPYKMAN, o que realmente importa é a ocupação das bordas ou fímbrias da Ilha Mundial, é o chamado *Rimland* ou *anel interior*. Pelo controle do *Rimland*, evita-se a expansão da potência central que tenha o domínio do Coração da Terra, impedindo-a de atingir a Ilha do Mundo. Assim sendo, uma potência marítima, com a ajuda de um aliado europeu, poderia impedir uma potência central de conquistar as regiões costeiras da Eurásia e da Euráfrica, e, por via de consequência, evitar sua dominação mundial.¹⁷

Os construtores da estratégia norte-americana, abeberando-se nos princípios spykmanianos, logo perceberam que bastava isolar a URSS no centro do *Heartland*, impedindo-a de avançar em outras direções. Não seria necessário destruir o poderoso rival já que este se desintegraria de *per se*. E assim é que, para conter a União Soviética e seus principais aliados nas circunvizinhanças da Eurásia, era suficiente neutralizar seus três grandes eixos de expansão: Europa

¹⁴ A expressão *Cortina de Ferro* foi cunhada pelo presidente Winston Churchill e engloba a Alemanha Oriental, a Tchecoslováquia, a Hungria, a Romênia e a Bulgária. Além disso, a URSS procurou manter a neutralidade do chamado eixo norte (Finlândia e Suécia) e, também, do eixo central (Áustria e a Suíça). Os principais eventos nesta região estratégica foram: a Crise da Iugoslávia, o Bloqueio de Berlim e o Golpe de Praga, todos com início em 1948.

¹⁵ Em perspectiva histórica, a Guerra Civil da Grécia de 1947 é o mais importante evento nesta região e, como já estudado anteriormente, representa o estopim da Doutrina TRUMAN.

¹⁶ O Sudeste Asiático é, sem dúvida, uma zona geográfica de alta temperatura conflitiva. Na verdade, tal região foi palco de grandes disputas geopolíticas, desde a Guerra da Indochina em 1946, perpassando pela Guerra da Coréia em 1950 até, finalmente, se chegar à Guerra do Vietnã em 1965.

¹⁷ Enquanto matriz anti-mackinderiana, a Teoria das Fímbrias defende a idéia central de que o Estado nacional que controlar o *Rimland* dominará a Eurásia e quem dominar a Eurásia, controlará o mundo. De inelutável evidência, portanto, o sinal trocado entre as teses mackinderiana e spykmaniana, ou seja, enquanto a escola do poder terrestre defende o avanço na direção *Coração da Terra-Ilha do Mundo*, a concepção das fímbrias propugna a contenção no sentido *Rimland-Coração da Terra*. Um modelo é a antítese do outro.

Oriental (países da Cortina de Ferro), Oriente Médio/Ásia Central e Sudeste Asiático.¹⁸

Para dar concretude à teoria das fímbrias, isto é, para materializar uma mera concepção teórica de conhecimento especulativo e de opiniões sistematizadas de seu principal formulador, o gênio pragmático do estrategista norte-americano fez uso de um velho e conhecido axioma da política externa daquele País, qual seja, articular alianças internacionais em benefício próprio.¹⁹

Com rigor, as construções estratégicas estadunidenses têm o condão de exportar as suas próprias ameaças para os países do resto do mundo que, por sua vez, vão se movimentar na cena internacional sob os influxos da espora norte-americana, porém, pensando tratar-se de seus autênticos e legítimos interesses. No plano das relações internacionais, não se pode contestar a competência da política internacional norte-americana para articular arranjos multilaterais tendentes a solucionar problemas estratégicos que lhes são inerentes.

E assim é que para controlar as fímbrias da Ilha-Mundo, mantendo o isolamento geopolítico da União Soviética no centro do Coração da Terra, a contenção norte-americana engendrou a seguinte seqüência de alianças internacionais:

a) Para a defesa da Europa Ocidental, formou a *Organização do Tratado do Atlântico Norte* (OTAN)²⁰;

b) Para proteger as regiões do Oriente Médio e da Ásia Central, criou a *Organização do Tratado do Centro* (OTCEN)²¹;

c) Para neutralizar a projeção comunista sobre o continente asiático, constituiu a *Organização do Tratado do Sudeste Asiático* (OTASE)²².

Com esse tipo de intelecção em mente, fica mais fácil compreender o sistema norte-americano de alianças multinacionais criado para isolar o Império Soviético no núcleo duro do *Heartland*, ou seja, para impedir o avanço dos três eixos de expansão da URSS, o estrategista estadunidense arquitetou um esquema que a figura abaixo evidencia com grande clareza.

¹⁸ Como bem aponta o magistério do Professor SEVERINO CABRAL da Escola Superior de Guerra, a Geoestratégia da Contenção vai buscar inspiração em SPYKMAN, com a única diferença de que agora o que importa é isolar a URSS e não mas a Alemanha como na teoria original.

¹⁹ A forma pela qual os EUA tradicionalmente se relacionam com seus aliados no cenário internacional é muito peculiar. Normalmente, os EUA são os principais beneficiários das alianças estratégicas que lideram. Assim sendo, a característica central que dá tipicidade ao modelo norte-americano de construir alianças internacionais é a exportação para os seus aliados das ameaças que lhes são próprias, bem como é normal transformar seus inimigos exclusivos em ameaças para toda a humanidade. Na elaboração de suas estratégias globais de afirmação hegemônica, não há que se esperar *racionalidade axiológica*, isto é, coerência de valores éticos ou morais. As alianças estratégicas construídas sob a influência hegemônica dos EUA não guardam qualquer aderência com tais valores. Em consequência, é perfeitamente aceitável criar sistemas internacionais que mesquem, a um só tempo, ditaduras militares, monarquias despóticas, regimes corruptos, lideranças antidemocráticas, etc. O que realmente entra na equação estratégica são os interesses vitais da nação norte-americana.

²⁰ Sigla em inglês é NATO: “*North Atlantic Treaty Organization*”.

²¹ Sigla em inglês é CENTO: “*Central Treaty Organization*”.

²² Sigla em inglês é SATO: “*South-East Asian Treaty Organization*”.



De tudo se vê, portanto, a alta capacidade de articulação internacional dos EUA, fruto indubitavelmente da existência de uma elite estratégica sofisticada, cuja habilidade para dissimular interesses próprios é irresponsável. É preciso, cada vez mais, sensibilidade estratégica para não se deixar seduzir pelo *american way* de fazer política internacional.

Nesse sentido, não se pode mais ilidir que a projeção da potência hegemônica perpassa, necessariamente, pelo uso recorrente de bandeiras-símbolo da humanidade, tais como: “universalização dos valores democráticos”, “expansão mundial do livre comércio”, “eixo do mal” “Guerra contra o Terror” e muitos outros. Tais axiomas são projetados como se fossem premissas universalmente verdadeiras e que não precisam de demonstração, quando, na verdade, nada mais são do que meros instrumentos subjacentes de seus próprios interesses estratégicos.

No plano das relações internacionais, é melancólico perceber que esses “axiomas ideológicos” são os princípios que informam as estratégias estadunidenses e, mais melancólico ainda, é constatar que tais axiomas penetram nas mentes de uma elite de visão estreita nos países subdesenvolvidos, cuja insensibilidade geopolítica impede a formulação de um projeto genuinamente nacional, deixando, sempre, o País em desencontro com sua gente e seu destino.

Em suma, é preciso galgar belveder analítico mais elevado para compreender que a ideologia e a geopolítica nem sempre andam juntas, ao revés, a valorização da democracia e sua incorporação nos textos estratégicos norte-americanos fazem parte de um escopo mais amplo voltado para a consolidação de sua hegemonia mundial. Com efeito, o melhor exemplo de que as alianças internacionais desenvolvidas sob o pálio norte-americano não têm necessariamente identidade democrática é a já citada Organização do Tratado do Centro.

Viciada pelo medo da expansão comunista, tal Organização criou um espaço heterogêneo com grande *déficit democrático*, na medida em que uniu, sob o mesmo bloco geopolítico, nada mais nada menos do que duas ditaduras militares, uma na Turquia e outra no Paquistão, um regime nacionalista no Iraque sob controle de partido único (BAATH) e cujo vice-presidente era SADDAM

HUSSEIN e, finalmente, uma monarquia corrupta no Irã sob o comando ditatorial do XÁ REZA PAHLEVI.

Não há dúvida, por conseguinte, que a Organização do Tratado do Centro não teve em conta qualquer dimensão axiológica, mas, tão-somente os altos interesses estratégicos norte-americanos. Com perspicácia, os EUA descartaram o princípio democrático; o que importava naquele contexto geopolítico era construir um arco de defesa anticomunista, capaz de neutralizar os ideais da concepção oriental do Estado marxista.

A bem da verdade histórica, esse exemplo do arco de defesa anticomunista é prova cabal do estilo norte-americano de fazer política internacional, isto é, a escola estadunidense é capaz de amalgamar geopoliticamente ditaduras militares, monarcas despóticos e líderes tiranos. A geopolítica derrota mais uma vez a ideologia e a axiologia.

Tal linha de pensamento também é compatível em relação à invasão do Afeganistão em 1979. Com efeito, em nome de um contra-movimento anti-soviético na Ásia Central, os Estados Unidos financiaram abertamente as operações de Osama bin Laden e dos guerrilheiros islâmicos mujahedins. De fato, com o apoio direto norte-americano, foi possível enfrentar as tropas militares soviéticas, por dez anos ininterruptos até, finalmente, a sua retirada completa em 1989.

Em essência, a questão que se quer aqui ressaltar é, mais uma vez, o descompasso entre geopolítica e ideologia, valendo lembrar, nesse caso específico de Osama bin Laden, que as considerações acerca da posição geográfica do Afeganistão, cuja conquista colocaria os soviéticos a 500 Km do Golfo Pérsico e, portanto, do Oceano Índico, principal rota do petróleo para o Japão, prevaleceram sobre qualquer variável de dimensão axiológica.

Este estudo todo serve para revelar que a maior potência democrática do planeta decidiu, a um só tempo, se tornar estrategicamente vinculada à *guerrilha fundamentalista islâmica* de Osama bin Laden e à *tiranía sunita* de Saddam Hussein.

Neste mister, o gênio pragmático do estrategista estadunidense, eivado de princípios com baixo teor axiológico, se voltou para o varejo de seus próprios interesses nacionais, na medida em que usou Osama bin Laden como contraface do avanço soviético no Afeganistão, e, Saddam Hussein como contraponto da revolução islâmica no Iraque. Portanto, observe a importância da análise crítica do arco de defesa anticomunista estabelecido no âmbito da Organização do Tratado do Centro (Oriente Médio e Ásia Central), importância esta que se traduz pela contribuição que projeta na compreensão do cenário geopolítico contemporâneo.

Somente assim é possível vislumbrar a volatilidade estratégica estadunidense, vez que, por mais paradoxal que possa parecer, o aliado preferencial de ontem se transforma no arquiinimigo de hoje. Saddam Hussein e Osama bin Laden, ontem, ícones da luta do bem contra o mal e defensores do mundo livre, hoje, inimigos número um da humanidade. Impressiona, pois, a dissimulação da política externa estadunidense para rotular, a seu inteiro talante, aliados e inimigos.

Finalmente, o estudioso da Geoestratégia da Contenção tem ainda o dever acadêmico de apontar um outro ponto capital de perscrutação e que é a inaplicabilidade da estratégia de valorização da democracia no contexto latino-americano. Em termos simples, isto significa dizer que o uso da democracia como

vetor estratégico de combate ao expansionismo soviético foi enfraquecido na América Latina. Nesse sentido, a estratégia norte-americana para a América Latina estimulou a formação de governos ditatoriais, em detrimento dos próprios valores democráticos. Sob a ótica estadunidense, esta era, incontestavelmente, a forma mais econômica de evitar a propagação comunista no contexto latino-americano.

Com efeito, é a própria letra da Geoestratégia da Contenção que revela a tendência de apoiar os regimes militares na América Latina. Estava escrito textualmente, não era nem mesmo necessário dissimular. No quadro geopolítico da Contenção, tais regimes eram importante instrumento a serviço dos interesses norte-americanos. Resta indagar se foi ou não coincidência a realidade que se vivenciou em toda esta região. Em verdade, toda a América Latina optou por trajetórias estratégicas de governos militares que enfrentavam melhor a ameaça comunista. Deixa-se para reflexão do leitor em exame concreto da realidade, se a opção estratégica adotada pela América Latina e em especial pela América do Sul, atendeu aos seus próprios interesses ou, ao contrário, se foi apenas a concretização de uma estratégia que lhe era exterior e emanada dos Estados Unidos da América do Norte.

CAPÍTULO II

O PERÍODO ENTRE QUEDAS: DO MURO DE BERLIM ÀS TORRES GÊMEAS

A queda do muro de Berlim logo evidenciou a inadequabilidade da Geoestratégia da Contenção e, por conseguinte, fez com que surgisse um novo paradigma de segurança nacional para os EUA. Assim, as novas variáveis geopolíticas do mundo pós-Guerra Fria exigiram uma revitalizante revisão de princípios, cuja integração culminou na formulação do modelo estratégico do *Engagement and Enlargement*, promulgado em fevereiro de 1995.

As vigas mestras da nova Estratégia de CLINTON foram erguidas a partir do conceito diretor da “Força em Redução” de inspiração não belicista, portanto, totalmente, diferente daquela que será adotada por seu sucessor, o presidente GEORGE W. BUSH, cuja opção geopolítica será a tentativa de imposição da chamada *PAX AMERICANA* de cunho altamente militarista. Desta forma, a compreensão dos elementos estratégicos que informam o modelo do *Engagement and Enlargement* é muito importante para a devida compreensão da realidade mundial pós-bipolar.

É a partir da leitura crítica desta estratégia que se entende melhor a passagem do *multilateralismo dissimulado de CLINTON* para o *unipolarismo declarado de BUSH*, ao mesmo tempo em que se compreende, com maior nitidez, a passagem do *mundo político estratégico* para o *universo econômico-comercial*.

Portanto, a análise geopolítica que ora se inicia colima investigar o cenário internacional pós-fragmentação nuclear que vem na esteira da queda do muro de Berlim, ou seja, o contexto que surge a partir da redução do risco nuclear global que tanto amedrontou o espírito dos construtores da estratégia estadunidense durante a Era Bipolar.

Com efeito, no plano geopolítico, o colapso do Império Soviético gerou uma nova matriz de ameaças à segurança internacional, cuja composição se pauta em uma divisão tríplice, a saber:

- a) ameaças regionais;
- b) ameaças transnacionais; e
- c) ameaças de proliferação das armas de destruição em massa.

Em essência, a fragmentação nuclear marca a passagem de uma realidade mundial dominada pela terrível imagem da guerra nuclear total para um novo cenário movido sob os influxos da abertura mundial do comércio. Em outro dizer, o desaparecimento do fantasma de um holocausto nuclear²³ é o ponto de ruptura da lógica de construção de estratégias globais de cunho belicista e nuclear. Agora, em seu lugar, uma lógica pós-fragmentação com dimensão preponderantemente econômica.

Observe, portanto, que o fim do ciclo das estratégias nucleares se dá a partir da desintegração soviética, motivada, principalmente, pela incapacidade do Poder Nacional soviético para seguir a senda norte-americana nos vultosos gastos da Guerra nas Estrelas. Economicamente incapacitada de acompanhar os custos exacerbados da estratégia militarista de RONALD REAGAN, a União Soviética sucumbe e enceta a famosa reforma de seu sistema político e financeiro sob o comando de MIKHAIL GORBACHEV. Embora importante, a análise das estratégias nucleares refoge ao escopo deste artigo, razão pela qual será aqui abandonada.

Entretanto, registre-se, com destaque, que, durante toda a Guerra Fria, as estratégias globais estadunidenses eram monolíticas em torno do confronto nuclear total. No ato de engendrar suas concepções estratégicas, os Estados Unidos colocavam na sua centralidade a defesa de seu próprio território contra as ameaças de ogivas nucleares soviéticas. As outras formas de ameaça à segurança nacional, tais como: terrorismo internacional, degradação ambiental, imigração descontrolada, redes transnacionais de crime organizado, etc, quedavam-se inertes, sem força intrínseca suficiente para provocar maiores considerações de ordem estratégica.

Nesse sentido, é a própria letra da Estratégia do *Engagement and Enlargement* de BILL CLINTON que sistematiza uma nova matriz tríplice de ameaças ao Estado nacional norte-americano. Essa reorientação estratégica, dada pela fragmentação da ameaça nuclear total, mudou a natureza dos modelos de segurança nacional dos Estados Unidos da América.

Com efeito, a redução do risco de mísseis nucleares intercontinentais cruzando os céus norte-americanos deixou de ser o único referencial paradigmático na elaboração de suas estratégias globais. Em seu lugar, exsurge uma nova concepção que passa a incorporar estrategicamente no seu conteúdo velhos antagonismos subterrâneos da época da Guerra Fria. Com efeito, no mundo pré-fragmentação nuclear, grandes e médios conflitos regionais foram

²³ A Geoestratégia da Contenção teve que enfrentar o fantasma do holocausto nuclear. Com o espírito impregnado pela perspectiva da ameaça nuclear global, o estrategista norte-americano teve que adotar a lógica belicista em detrimento de fatores econômicos e comerciais. Com efeito, o risco de ogivas nucleares apontando diretamente para os EUA deu azo ao desenvolvimento de um interminável ciclo de estratégias com viés nuclear. E assim é que a guerra nuclear global condicionou todas as construções estratégicas norte-americanas, desde a matriz da *Resposta Flexível*, perpassando-se pelas construções da *Coexistência Pacífica* e da *Destruição Mútua Assegurada* até, finalmente, se chegar à famosa *Estratégia Planetária* ou *Guerra nas Estrelas*, como ficou mais conhecida.

desativados estrategicamente da matriz de segurança nacional dos EUA por causa da Guerra Fria.

A figura abaixo mostra esquematicamente a nova segmentação de ameaças ao Estado nacional norte-americano a partir do colapso soviético.

Observe, portanto, que a matriz de segurança nacional dos EUA passa a



enfrentar três ordens distintas de desafios e que o estrategista estadunidense assim segmentou:

1) **AMEAÇAS REGIONAIS** - Também denominadas de ameaças centradas em Estados Nacionais, são aqueles países com estatura geopolítica suficiente para provocar desequilíbrio em áreas estratégicas vitais aos interesses norte-americanos. São potências nucleares que buscam atuar com autonomia no cenário internacional. Nesse segmento estão classificados os seguintes países: China, Rússia, Índia e Paquistão. O Brasil poderia estar incluído nesse fechado clube se não tivesse abdicado da construção de sua arma nuclear;

2) **AMEAÇAS TRANSNACIONAIS** – Nesse segmento estão incluídos, *inter alia*, a formação de redes transnacionais de terrorismo e crime organizado, as grandes migrações para os países ricos e em especial para os EUA, valendo, aqui, salientar a visão de uma *invasão dos novos bárbaros* tal qual preconizado pela Teoria Geopolítica do Limes²⁴, as agressões ao meio ambiente cometidas por países em desenvolvimento e as lutas intranacionais de minorias reprimidas. Exemplos concretos desta categoria de ameaças: AL QAEDA, JIHAD ISLÂMICO, HAMAS, IRA, ETA e as FARC colombianas;

3) **AMEAÇAS DE PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA** – São os chamados *Estados-bandido* ou *Estados Fora da Lei*, países sem maior comprometimento com a ordem internacional e que buscam atingir capacitação nuclear, biológica ou química. Exemplos concretos desse segmento: IRÃ, IRAQUE e CORÉIA DO NORTE, países que formam o chamado eixo do mal

²⁴ Veja-se por todos RUFIN, Jean-Christophe. O império e os novos bárbaros. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1991.

(*axis of evil*) e que o presidente BUSH classificou como maiores inimigos da humanidade. Resta perguntar se inimigos da humanidade ou simplesmente dos EUA e o que é pior, no caso do Iraque, se inimigo da humanidade ou maior inimigo do controle norte-americano sobre o petróleo na região do Oriente Médio.

De toda a análise até aqui efetuada, o que realmente importa reter é a idéia central de que a queda do muro de Berlim suscitou o nascimento de uma nova cosmovisão norte-americana, cuja seiva estratégica vai se transformar em corpo de doutrina mediante a promulgação da Estratégia do *Engagement and Enlargement*. Esta nova visão de mundo é estrategicamente complexa, na medida em que a sua dimensão diferenciadora deixa de ser linear, isto é, pautada num único *imperativo categórico* de segurança nacional: a visão terrífica da hecatombe nuclear.

A recomposição da ordem mundial pós-Guerra Fria, muito embora mais complexa e imprevisível, permitiu que a dimensão econômica substituísse aquela antiga dimensão monolítica da ordem bipolar. O quadro internacional que se projetava favorecia a expansão do comércio mundial e a livre circulação do capital financeiro.

Nesse sentido, o velho axioma do Pentágono, “*BUSINESS AS USUAL*”,²⁵ ficou livre para engendrar modelos agressivos de inserção internacional. Pela primeira vez na história, defesa nacional e economia poderiam caminhar juntas. E assim é que a queda do muro de Berlim abriu espaço para a passagem de um *mundo político-estratégico* para um *universo econômico-comercial*. Os construtores da estratégia pós-Guerra Fria rapidamente perceberam que o cenário mundial seria aquele da formação de *áreas supercontinentais de comércio*, tais como a ALCA, o Mercado Transatlântico e a APEC.

A nova estratégia deveria transcender o simples escopo da defesa nacional, para transformar-se em modelo corporificador de um projeto maior de reafirmação hegemônica. Nesse diapasão, cria-se um verdadeiro sistema estratégico de projeção de poder, ou seja, um arcabouço sistematizado que vincula estrategicamente prosperidade econômica, universalização dos valores democráticos e manutenção da hegemonia militar. Em outro dizer, atreladas a um projeto hegemônico superior, ficam acopladas três estratégias gerais, a saber: a econômica, a cultural e a militar, formando em conjunto, uma única estratégia tridimensional.

Neste artigo, importa destacar a vertente econômica desta estratégia tridimensional, cuja nota maior é a abertura mundial de mercados. Observe, portanto, que não foi por acaso que a economia norte-americana atingiu seu ápice ainda na vigência da Estratégia do *Engagement and Enlargement*, com um crescimento ininterrupto de quase nove anos, o maior de toda a sua história. Aliás, note, ainda, que, em última instância, a aceleração do processo de globalização da economia perpassa, inexoravelmente, por esta priorização da vertente econômica.²⁶

²⁵ Conforme COLSON, M. *La strategie americaine*. In Conférence au Collège Interarmées de Défense. Paris, 1996.

²⁶ Eis a razão pela qual o modelo do *Engagement and Enlargement* é acusado de valorizar excessivamente a dimensão econômica dentro da matriz de segurança nacional norte-americana. Vale, assim, desenvolver exame percuciente da vertente econômica da estratégia de CLINTON, até porque afeta diretamente nossa região e em especial o Brasil.

Com a ajuda da figura abaixo, fica mais fácil perceber a visão do estrategista estadunidense ao formular um esquema grandioso de áreas supercontinentais de comércio. É o próprio texto da estratégia norte-americana que denomina tal sistema de *Constelação Mundial do Comércio*.



No plano internacional, tal engenharia estratégica seria capaz de projetar a economia dos EUA, na medida em que cria um sistema poligonal de pactos comerciais sob a influência daquele País. E assim é que a *Constelação Mundial do Comércio* é um mecanismo multilateral com fulcro em três grandes zonas de livre comércio, a saber:

1. Área de Livre Comércio das Américas (ALCA);
2. Mercado Transatlântico (União Européia);
3. Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC).

Apoiando estas três áreas supercontinentais de atração comercial, surge nada mais nada menos do que a própria Organização Mundial do Comércio, apta a manobrar multilateralmente sob o influxo dos altos interesses norte-americanos. Na verdade, além da OMC, ainda como estrutura de apoio estratégico, os dois mais importantes organismos internacionais de crédito do planeta, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD).

No plano acadêmico, é importante destacar que o conceito da Constelação Mundial do Comércio tem suas raízes na tradicional *Teoria da Tríade*, concepção geopolítica clássica elaborada no final dos anos 60 e início da década de 70 pelo Clube de Roma. Também conhecida como Teoria do Trilateralismo Mundial, esta escola geopolítica tinha por escopo revitalizar a economia norte-americana abalada pela crise da sobrevalorização do dólar em relação ao iene e algumas moedas fortes da Europa. Com rigor, a Teoria da Tríade buscava, ainda, em plena Guerra Fria, projetar a economia de mercado em âmbito mundial, seja pela consolidação de blocos comerciais ao redor do mundo livre, seja pela penetração nos Estados nacionais componentes do bloco comunista.

Nesse mister, a Teoria da Tríade idealizou a formação de um cenário mundial, pautado em três grandes edifícios geopolíticos, a saber:

- a) O bloco americano, sob a égide dos EUA e do dólar;

- b) O bloco europeu, sob o pálio da Alemanha Ocidental e do marco, e, finalmente,
- c) O bloco asiático, sob o acicute do Japão e do iene.

Observe que a Teoria da Tríade retirava a União Soviética da cúpula do poder mundial,²⁷ rebaixando-a a país periférico do bloco europeu. Com isso, os três grandes blocos continentais ficariam diretamente sob a influência dos EUA, tendo como seus auxiliares diretos, as megapotências, o Japão e a Alemanha. Em certo sentido, a hegemonia mundial estadunidense seria exercida mediante a atuação de *países suseranos*, Japão e Alemanha, responsáveis pelo controle direto dos países vassallos no âmbito de seus respectivos blocos.

De tudo se vê, por conseguinte, que a Teoria da Tríade buscava estimular positivamente a balança comercial norte-americana, em crise deficitária desde 1971, bem como influenciou diretamente importantes eventos da vida internacional, como por exemplo:

- a) A ruptura definitiva com o Sistema de Bretton Woods que atrelava o dólar ao ouro, em vigor desde 1944;
- b) A criação, em 1975, do Grupo dos Sete (G7), sucessor do Grupo de Roma, com a finalidade precípua de controlar os fluxos comerciais e de investimentos em escala planetária;
- c) Como reação à teoria da tríade, a URSS desenvolveu a chamada Doutrina Brejnev da soberania limitada dos Estados satélites soviéticos e cujo principal evento é a chamada Primavera de Praga em 1968.

Enfim, não se pode contestar a influência da Teoria da Tríade na formulação da Constelação Mundial do Comércio de BILL CLINTON, cabendo, mesmo, destacar que, agora, estamos lidando com organismos multilaterais organizados, isto é, o bloco americano se transformando na ALCA, o bloco europeu se transmudando para o MERCADO TRANSATLÂNTICO e o bloco asiático evoluindo para a APEC.

O que não muda é a vassalagem dos países periféricos que continuam aceitando tratamento inferiorizado no âmbito das relações comerciais internacionais. Infelizmente, a intelectualidade brasileira ainda não percebeu a sutileza da construção estratégica norte-americana e queda-se inerte, sem talento e sensibilidade para mapear um caminho geopoliticamente independente. A luta contra a inferioridade geopolítica será infrutífera se não houver caminhos de integração regional.

É nossa obrigação, pois, compreender a verdadeira essência da Estratégia do *Engagement and Enlargement*, cujo espírito se extrai de seu próprio nome, “Engajamento e Ampliação”. Ou seja, a palavra *engajamento* traduzindo a idéia-força de repudiar a escola do neo-isolacionismo e a palavra *ampliação* simbolizando o engrandecimento geopolítico norte-americano na Era Pós-Bipolar. Eis, aqui, portanto, muito bem caracterizado, o “*multilateralismo dissimulado*”.

Com rigor, a cooperação internacional sob a lógica multilateral da Administração CLINTON é meramente virtual, na medida em que não há mudança na linhagem estratégica do modelo estadunidense, ao revés, sua vocação expansionista e egoística é irrespondível. Destarte, a comunidade internacional deveria rejeitá-la em sua pretensão de se transformar em símbolo

²⁷ Pelo menos no plano econômico-comercial, não, logicamente, no plano político-ideológico.

universal de desenvolvimento. Sob o manto da globalização, ocultava-se, como já visto anteriormente, uma estratégia tridimensional de reafirmação hegemônica.

Na verdade, esse multilateralismo de escopo universal que, normalmente, se atribui à Administração CLINTON é mera questão de retórica, vez que a estratégia estadunidense foi formulada ao arrepio de qualquer consideração kantiana de cooperação internacional. É seu próprio nome que revela sua natureza estratégica.²⁸

Em síntese, a queda do muro de Berlim abriu espaço para a predominância da economia dentro de estratégia tridimensional do *Engagement and Enlargement*. Por isso, a ordem econômica suplantou as outras duas dimensões, a militar e a cultural. É certo que, tal estratégia global foi fruto de uma crença exacerbada na força reguladora do mercado e na expansão do comércio mundial. Concebida com a esperança de simbolizar o marco zero de um novo recomeço, de uma nova história escrita a partir da vitória do capitalismo,²⁹ a estratégia de CLINTON superestimou a dimensão econômica, desconsiderando a realidade internacional subjacente, cujo eixo girava em torno do choque de civilizações tal qual formulado por SAMUEL HUNTINGTON.³⁰

E assim é que os atentados terroristas aos símbolos do Poder Nacional norte-americano irão alterar drasticamente o quadro estratégico até então vigente. A queda das torres gêmeas vai estabelecer novos imperativos de segurança nacional para os Estados Unidos. Uma nova roupagem será criada tendo na sua centralidade a *Guerra contra o Terror*. Nesse sentido, a Doutrina BUSH vai fazer retornar a primazia da dimensão militar no plano mais amplo da segurança nacional. Os fatídicos 11 de setembro de 2001 (EUA), 11 de março de 2004 (Espanha) e 7 de julho de 2005 (Grã-Bretanha) servem para “legitimar” o unipolarismo bushiano e sua doutrina militarista.

Descortina-se a vulnerabilidade do Estado norte-americano aos ataques terroristas e cujo consectário supremo é a escalada da guerra contra o eixo do mal, começando-se pelo aniquilamento do regime talibã no Afeganistão e pela deposição de SADDAM HUSSEIN no Iraque. Agora, na lista de espera, os *países-bandido* Irã e Coréia do Norte.

E assim é que, vamos em seguida, examinar, no plano internacional, a nova Doutrina BUSH que parece navegar no rumo da unipolaridade geopolítica, radical e perigosa. Sua meta de manter eterna a supremacia militar norte-americana é instigante. Para além disso, vamos investigar as perspectivas de imposição da *PAX AMERICANA* e seus impactos negativos no âmbito do Direito Internacional Público. Com efeito, o conceito de intervenção preventiva e a guerra desautorizada pelo Conselho de Segurança da ONU são violações graves de princípios consagrados das relações internacionais.

²⁸ Nesse sentido, note que o nome da estratégia de CLINTON foi alterado, passando de *Engagement and Enlargement* para *National Security Strategy for a New Century* (*Estratégia de Segurança Nacional para um Novo Século*). O nome até foi mudado, mas, a sua essência, a sua vocação, o seu espírito continuaram os mesmos, *id est*, ampliar, cada vez mais, a esfera de reverberação geopolítica dos Estados Unidos da América dentro da Era Pós-Bipolar.

²⁹ Cf FUKUYAMA, Francis. *O fim da história*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998

³⁰ Veja o quadro de níveis de atrição entre as nove civilizações destacadas por HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998

CAPÍTULO III

A DOCTRINA BUSH E A “PAX AMERICANA”

Por ser a única superpotência ainda existente, acredita-se que estamos vivendo sob os auspícios da chamada *PAX AMERICANA*. A meu juízo, creio que tal interpretação é errônea na medida em que os Estados Unidos da América não têm capital geopolítico suficiente para impor um cenário internacional unipolar, vale dizer, um quadro mundial onde não haja reação geopolítica por parte das demais nações do mundo.

A imposição da *PAX AMERICANA* seria símbolo da natural envergadura estadunidense para reger unilateralmente as relações internacionais, o que evidentemente não é verdadeiro. Assim sendo, o grande desafio deste capítulo, será demonstrar que o contexto internacional, na Era Pós-Bipolar, é a um só tempo, **militarmente unipolar, economicamente tridimensional e geopoliticamente multilateral.**

Ou seja, o desfazimento do equilíbrio bipolar garantido pela equivalência das duas superpotências em todos os campos do Poder Nacional gerou um quadro de multipolaridade com predominância dos Estados Unidos, mas, que não se confunde, em nenhuma hipótese, com uma ordem mundial unipolar, sob o pálio de uma possível *PAX AMERICANA*, tal qual a antiga *PAX BRITANNICA* e seu matiz central: a aceleração industrial.

É bem verdade que a superação histórica do bipolarismo e o fracasso da ideologia comunista abriram caminho para um contexto internacional imprevisível, hipercomplexo e ainda inacabado. Dessarte, há, indubitavelmente, um campo amplo de reflexões a fazer, no entanto, já é possível diagnosticar a natureza híbrida da Era Pós-Bipolar, cujo centro de gravidade gira em torno de três grandes eixos, a saber:

- a) *hegemonia militar inexorável* da única superpotência remanescente;
- b) *economia mundial tripolar*, caracterizada pela disputa comercial entre os EUA e as duas megapotências União Européia e Japão; e
- c) *geopolítica multifacetada*, constituída a partir da postura de potências regionais e em especial Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) na busca de maior qualificação geopolítica no cenário multilateral e na recusa à aceitação do *hegemon* norte-americano.

Isto significa dizer por outras palavras que a autodissolução soviética não permitiu que a supremacia militar norte-americana fosse necessariamente correspondida com sua hegemonia econômica e, muito menos, ainda, com o alinhamento geopolítico automático dos demais Estados nacionais. Com efeito, não há negar que, no campo econômico, impera um cenário triangular de disputas comerciais pautadas na maior competitividade, e, no plano geopolítico, reina um quadro de atrição onde se destaca a ascensão das potências regionais em busca de seus efetivos espaços vitais (*lebensraum*). Na Era Pós-Bipolar, coexistem, portanto, o unipolarismo militar, o tridimensionalismo econômico e o multilateralismo geopolítico de escopo global. Uma imagem vale por mil palavras.



Em exame percuciente da esfera econômica, cumpre salientar que a fragmentação nuclear consolidou a passagem de um mundo político-estratégico para um universo econômico-comercial. Livre do fantasma nuclear, inaugura-se a *Era do mercado-centrismo* cujo atributo maior é a abertura do comércio internacional. Neste quadro de transformações radicais da ordem pós-Guerra Fria, os três grandes pólos de atração gravitacional (EUA, União Européia e Japão) formam o chamado **triângulo econômico mundial**. Tal conjunto de países é responsável por mais de 80 % (oitenta por cento) dos fluxos comerciais e financeiros do planeta.

De clareza meridiana, portanto, seu interesse na aceleração do processo de globalização da economia e no enfraquecimento do conceito de soberania do Estado nacional. No campo do direito do comércio internacional, o triângulo econômico mundial busca desenvolver uma *racionalidade jurídica* voltada para a matriz liberal burguesa, ou seja, procura reescrever a intervenção estatal, fazendo-a retroagir aos tempos do modelo pré-weimariano de *Estado Mínimo*. E assim é que os três grandes centros econômicos, atuando por intermédio do G7, patrocinam a instauração de *regimes jurídicos liberalizantes* nos Estados nacionais da periferia, regimes esses imprescindíveis para expansão do comércio internacional, para a livre circulação dos fluxos de capitais e avanços da revolução tecnológica.

Nesse processo, economias nacionais liberalizadas e com soberania mitigada tornam-se cada vez mais importantes para a configuração de uma *ordem internacional pré-westfaliana*, isto é, de *soberania difusa*. Em sentido figurado, é lícito mesmo afirmar que as assimetrias de poder econômico geram um *quadro internacional neofeudal* de Estados aparentemente autônomos, cujo enfraquecimento nacional propicia uma relação de dependência inextrincável entre países vassallos (Estados da periferia) e países suseranos (triângulo econômico mundial). A figura abaixo evidencia as assimetrias econômicas entre ricos e pobres dentro desse cenário de vassalagem.



Na realidade, esse quadro de vassalagem internacional começa a ganhar maior visibilidade a partir do ano de 1989 com a formulação do tão prolapado Consenso de Washington, perpassa pela criação da Organização Mundial do Comércio, em 1994, até, finalmente, se chegar à Constelação Mundial do Comércio, formação de áreas supercontinentais sob o pálio do *Engagement and Enlargement*, em fevereiro de 1995.

Eis que mais do que comprovado a idéia de economia triangular na Era Pós-Bipolar.

Já no plano geopolítico, nossa análise indica que, atuando em paralelo ao chamado triângulo econômico mundial, exsurgem as potências emergentes, tais como Brasil, Rússia, Índia e China, o assim chamado **BRIC**, conjunto de potências regionais em busca de seus respectivos espaços vitais (*lebensraum*).

Tais Estados nacionais, na luta por maior latitude geopolítica na cena internacional, vão disputar novos nichos de poder em suas respectivas áreas de influência. Em conseqüência, a trajetória dentro deste quadro de geopolítica multifacetada pode impelir as potências ascendentes para o centro do sistema mundial, o que, evidentemente, começa a inquietar os Estados Unidos e em menor grau os demais países do triângulo econômico mundial.

A explicação plausível que justifica o movimento geopolítico de reação das potências regionais vem do fato de que, muito embora estejam em razoável nível econômico-tecnológico, ainda dependem do fluxo de investimentos estrangeiros para financiar seu desenvolvimento sustentável. Dentre as causas que acarretam tal dependência, figuram, *inter alia*:

- a) inexistência de poupança interna,
- b) balança de transações correntes estruturalmente negativa,
- c) pequeno número de empresas multinacionais com origem no BRIC,
- d) grande número de empresas multinacionais de origem norte-americana, europeia e/ou japonesa, remetendo lucros para o exterior, e, finalmente,
- e) elevada dívida externa.

Todo este quadro adverso faz com que as potências do BRIC ainda necessitem dos investimentos advindos do triângulo econômico mundial. E é exatamente isto que caracteriza o chamado *ciclo da periferia* ou *ciclo do empobrecimento estatal*, ciclo este que impede o avanço das potências regionais.

Com a devida sensibilidade acadêmica, é possível depreender que é a própria realidade econômica dos Estados nacionais do BRIC que os impede de vencer, sozinhos, o ciclo da periferia. Esta é a razão pela qual as iniciativas de integração sub-regional ganham cada vez mais relevância. Esta é a única maneira de neutralizar a projeção hegemônica dos EUA e em menor grau dos demais países do triângulo econômico mundial. Aliás, esta é a problemática que se projeta para o centro do debate “*globalização x regionalização*”, cuja nota maior é a confirmação, na Era Pós-Bipolar, de um cenário mundial geopoliticamente multipolar.

Eis aqui a convalidação do chamado multilateralismo geopolítico de escopo universal.

Finalmente, no campo militar, circunscrevendo a geopolítica multifacetada e a economia triangular, desponta a insofismável hegemonia militar norte-americana. Com efeito, não há nação no mundo capaz de enfrentar militarmente os EUA. A sua superioridade militar é irrespondível, o seu orçamento de defesa superou a casa dos 400 bilhões de dólares na Administração BUSH, valor muito superior ao PIB de muitos países do mundo.

Com rigor, a idéia de hegemonia militar nunca deixou de constar na equação estratégica estadunidense. Nem mesmo na época da *Força em Redução da Estratégia Militar* do “*Flexible and Selective Engagement*” (fevereiro de 1995) do General JOHN M. SHALIKASHVILI que seguia a senda da estratégia que lhe era superior, ou seja, a Estratégia de Segurança Nacional do *Engagement and Enlargement* de BILL CLINTON.

Ou seja, sem aumento de orçamento, o novo imperativo categórico militar norte-americano passou a ser: “Ganhar duas guerras regionais ao mesmo tempo”. Preciso é que se perceba, portanto, que esta decisão estratégica de ganhar dois conflitos regionais simultâneos se transformou na *condição mínima* de manutenção da supremacia militar no âmbito da Era Pós-Bipolar. Em outro dizer, abeberando-se na lógica do conceito da Força em Redução, os construtores da estratégia militar entenderam que tal capacidade era suficiente para desestimular intenções agressivas de um *Estado-bandido*, no caso dos EUA já estarem engajados em um outro conflito regional de grande magnitude. Seria o caso, por exemplo, da atual Guerra no Afeganistão e no Iraque, estimulando a iniciativa hostil vinda do *eixo do mal* (Irã ou Coreia do Norte).

Em síntese, o novo imperativo militar, *Ganhar duas guerras regionais ao mesmo tempo*, é a *condição mínima* de manutenção de sua hegemonia militar no mundo pós-Guerra Fria, ou melhor dizendo, essa capacidade militar mínima ainda garante a unipolaridade militar.

De toda a análise até aqui desenvolvida, o que realmente importa concluir é que, talvez seja mesmo puro zotismo acadêmico, isto é, pura ingenuidade acadêmica, pensar-se que a *PAX AMERICANA* entrou em vigor a partir da falência geopolítica do Império soviético. Com efeito, essa espécie de raciocínio se depara com a evidência empírica da incapacidade norte-americana de impor o unipolarismo geopolítico de escopo universal.

Nesse sentido, imagine-se um quadro mundial sem a oposição da força econômica da Europa e do Japão, sem a reação das potências regionais (BRIC)

e, em especial, sem a resistência chinesa, seja em termos econômicos, seja em termos ideológicos, sem a inquietante sombra do choque intercivilizacional, particularmente o radicalismo islâmico, sem...

Enfim, muito embora seja a única superpotência remanescente, os EUA não têm condições de exercer uma predominância cêntrica em todas as dimensões do Poder Nacional.

Outro ponto fundamental de perscrutação diz respeito aos impactos da Doutrina BUSH e da *PAX AMERICANA* no âmbito do Direito Internacional Público. Desde logo, impende destacar que a postura unilateralista da Administração BUSH no episódio da invasão do Iraque somente serve para enfraquecer as relações internacionais. Com efeito, esse unipolarismo nóxiu contribui para o surgimento de um quadro de anomia no plano internacional, caracterizado pelo desrespeito às leis e normas internacionais. Nesse sentido, vive-se a situação caótica vislumbrada na clássica lição de CHAUMONT, citado por CELSO D. DE ALBUQUERQUE MELLO, *in verbis*:

“O DIP se encontra em uma verdadeira crise nos dias de hoje. Pode-se repetir com Chaumont que, no Direito Internacional, Deus está morto e o céu está vazio”.³¹

Nesse mister, não importa as tendências contemporâneas, ou, pelo menos, os esforços da sociedade internacional na busca de uma maior consolidação de normas cogentes para o DIP. O que importa é a Guerra contra o Terror e contra o *eixo do mal*. Em nome da autodefesa, a Doutrina BUSH retoma os conceitos superados dos antigos negadores práticos do Direito Internacional (Espinoza, Lasson, Gumplowicz, Lundstedt, etc) que negam a supremacia da lei internacional sobre a interna. Com rigor, a Doutrina BUSH tem raízes na teoria da autolimitação do Estado de JELLINEK e sua concepção de que o Estado nacional não fica submetido a nenhum sistema jurídico que não tenha emanado de sua própria vontade. É, sem sombra de dúvida, a opção pela teoria monista com primazia do direito interno sobre o direito internacional.³²

Assim, cumpre-nos indagar até que ponto o princípio da autodefesa abre espaço para a legitimação internacional da Doutrina BUSH e para aquilo que alguns doutrinadores têm chamado de *terrorismo de Estado*, como a indicar a precisa lição de NOAM CHOMSKY, *in verbis*:

“Para os Estados Unidos, é a primeira vez, desde a Guerra de 1812, que o território nacional sofre um ataque, ou mesmo é ameaçado. Muitos comentaristas tentaram fazer uma analogia com Pearl Harbor, mas se trata de um equívoco. Em 7 de dezembro de 1941, as bases militares em duas colônias americanas foram atacadas - e não o território nacional, que jamais chegou a ser ameaçado. Os Estados Unidos preferiam chamar o Havaí de “território”, mas de fato era uma colônia. Durante os últimos séculos, os Estados Unidos exterminaram as populações indígenas (milhões de pessoas), conquistaram metade do México (na verdade,

³¹ MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público. 12ed. ver/amp, v.1,v.2. Rio de Janeiro:Ed. Renovar, 2000.*

³² Cf. op. cit. pp.103, 111.

territórios indígenas, mas isso é outra questão), intervieram com violência nas regiões vizinhas, conquistaram o Havaí e as Filipinas (matando centenas de milhares de filipinos) e, nos últimos cinquenta anos, particularmente, valeram-se da força para impor-se a boa parte do mundo. O número de vítimas é colossal. Pela primeira vez, as armas voltaram-se contra nós. Foi uma mudança dramática (...) devemos reconhecer que em grande parte do mundo os EUA são vistos como um Estado líder do terrorismo, e por uma boa razão. Podemos considerar, por exemplo, que em 1986 os EUA foram condenados pela Corte Mundial por *uso ilegal da força* (terrorismo internacional).³³

Em suma, é lícito concluir que a imposição da *PAX AMERICANA* na Era Pós-Bipolar projeta uma estrutura unipolar instável e com baixo grau de cooperação internacional. Corre-se o risco de neutralizar os benefícios do *Estado do Bem Estar Social*, substituindo-o pelo assim chamado *Estado Pós-Social*, cujo atributo maior é a retomada das idéias hayekianas e seu ideário liberal burguês. Nesse sentido, precisa é a lição do Professor LUÍS ROBERTO BARROSO, valendo mesmo reproduzi-la, *in verbis*:

“Entre a luz e sombra, descortina-se a *pós-modernidade*. O rótulo genérico abriga a mistura de estilos, a descrença no poder absoluto da razão, o desprestígio do Estado. A era da velocidade. A imagem acima do conteúdo. O efêmero e o volátil parecem derrotar o permanente e o essencial. Vive-se a angústia do que não pôde ser e a perplexidade de um tempo sem verdades seguras. Uma época aparentemente *pós-tudo*: pós-marxista, pós-kelseniana, pós-freudiana”³⁴.

E assim é que a missão dos construtores da estratégia de um país perpassa, necessariamente, pela compreensão das transformações do Estado Contemporâneo, desde sua versão liberal burguesa até a crise do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social). Urge, pois, refutar o paradigma do Estado Pós-Social ou Estado Neoliberal, buscando-se a solução do Estado Regulador, modelo que mantém ainda algum controle sobre a economia privada, mas que é mitigado em seus excessos intervencionistas.

CONCLUSÃO

Este trabalho acadêmico procurou *Ab Initio Usque Ad Mais* analisar a conjuntura internacional na Era Pós-Bipolar a partir das estratégias globais estadunidenses. Pela sua dimensão geopolítica, tais estratégias tendem a possuir efeitos de extraterritorialidade, que avançam, diretamente, sobre o terreno interno das demais nações do mundo.

Dotadas de extraordinária lógica de construção, as estratégias estadunidenses buscam sempre concepções geopolíticas clássicas que lhes

³³ CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Tradução Luiz Antonio Aguiar. 6 ed. rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002, pp. 12 e 17.

³⁴ BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*. 5. ed. rev., atual., e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003, pp. 303-306.

servam de fundamento. Sob este aspecto, é iniludível a influência da Teoria das Fímbricas sobre a Geoestratégia da Contenção de KENNAN, a Teoria da Tríade sobre a Estratégia do *Engagement and Enlargement* de CLINTON e a Teoria da *PAX AMERICANA* sobre a Doutrina BUSH.

Afastando-se análises meramente perfunctórias, investigou-se as características da Era Pós-Bipolar a partir de dois grandes momentos de ruptura paradigmática das relações internacionais e que são: a queda do muro de Berlim e a queda das torres gêmeas.

O primeiro evento trouxe em seu bojo o fenômeno da fragmentação da ameaça nuclear que, por sua vez, abriu espaço para a reaproximação entre economia e defesa nacional. Com efeito, a Estratégia do *Engagement and Enlargement*, abeberando-se na fonte dessa reaproximação, construiu o esquema grandioso da *Constelação Mundial do Comércio*, da qual nossa região através da ALCA é apenas um de seus pólos integrantes. Vive-se, pois, a passagem do mundo político-estratégico para o universo econômico-comercial, mudança esta que se traduz por intermédio do desaparecimento da Geoestratégia da Contenção e do nascimento do modelo estratégico do *Engagement and Enlargement*.

O segundo momento histórico de ruptura paradigmática é indubitavelmente a queda das torres gêmeas do *World Trade Center*. Por seu surpreendente ineditismo, tal evento ainda requer tempo para uma melhor maturação científica e acadêmica. No entanto, já se pode afirmar que se trata de um divisor de águas dentro do pensamento estratégico norte-americano, na medida em que se descortina a vulnerabilidade da única superpotência remanescente, incapaz de, ainda que com o maior poderio militar do planeta, evitar o ataque direto ao seu próprio solo.

E assim é que a Doutrina BUSH vai revogar categoricamente a estratégia que lhe era anterior, optando pela imposição da *PAX AMERICANA* e pela unipolaridade que lhe é conseqüência. Uma nova rearticulação estratégica é feita em torno do princípio da autodefesa, cuja integração vai culminar na formulação da doutrina do ataque preventivo (atacar primeiro, provar ou justificar depois). Aliás, é neste mister que a Doutrina BUSH enfraquece o Direito Internacional Público, uma vez que evoca a teoria jellinekiana da autolimitação do Estado nacional como fundamento das normas internacionais, ou seja, os EUA não irão se autolimitar nas questões do combate ao terrorismo; a concordância ou não do Conselho de Segurança fica em segundo plano.

No plano dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, o estadista e o legislador norte-americanos terão que repensar um novo paradigma de segurança nacional. Conciliar, por um lado, leis draconianas necessárias ao poder policial e, por outro, direitos humanos consagrados pela História democrática norte-americana é tarefa difícil.

Além disso, é importante destacar o papel do Estado Social na Era Pós-Bipolar e em especial no que tange à investida neoliberal e suas alternativas de Estado Pós-Moderno que nada mais representam do que mero retorno ao Estado Constitucional Pré-Weimariano. Com rigor, busca-se tão-somente a reedição da concepção de Estado-negativista, garantidor somente dos direitos fundamentais de primeira dimensão.

Nesse sentido, nossa linha de pesquisa apontou para o debate da geopolítica mundial a partir das estratégias globais norte-americanas. Ou seja, identificar mais precisamente os impactos de tais estratégias sobre o atual cenário internacional, seja do ponto de vista da capacidade de articulação e dissimulação

estratégicas dos EUA, seja do ponto de vista do enfraquecimento do Estado nacional e em especial do *WELFARE STATE*.

Com efeito, hoje em dia, não se pode mais ilidir que as esferas do domínio estatal (sua política externa, sua política de defesa e a condução de suas políticas macroeconômicas) encontram diversos fatores de bloqueio ao pleno exercício de sua ação. Urge, pois, conceber elementos de redefinição do papel do Estado contemporâneo na Era Pós-Bipolar.

Caso contrário, vamos caminhar na direção da neutralização axiológica da ordem jurídica internacional, uma vez que importantes valores da sociedade internacional poderão ser confrontados por princípios da Doutrina BUSH e seu corolário maior, a *PAX AMERICANA*.

Não é somente a nação mais poderosa do mundo que tem a tarefa de repensar seu modelo de inserção internacional, o Brasil também a tem. Deitado em berço esplêndido por muito tempo, o gigante brasileiro, pela própria natureza, país de perfil continental e atlântico, se omitiu geopoliticamente do cenário sul-americano. Neste mister, há que se traçar os primeiros elementos para uma geopolítica brasileira no século XXI. E assim é que reconstruir o cenário sul-americano a partir de seus três principais conjuntos geopolíticos (Arco Amazônico, Pacto Andino e Cone Sul) é o grande desafio do País nessa nova Era Pós-Bipolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Paulo Roberto. **Relações internacionais e política externa do Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.
2. AMORIM, Celso & THORSTENSEN, Vera. Uma avaliação preliminar da Conferência de Doha. In **Política Externa**. v. 10, n.4 mar-abr-mai2002.
3. ANNUAIRE STRATÉGIQUE ET MILITAIRE. Fondation pour la recherche stratégique, 2002, 298p.
4. ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Ed. Contraponto, 1996.
5. ASPIN, Les. **Report on the bottom-up review**. Washington, DC: s.ed. 1993, 109p.
6. BACKHEUSER, Everardo. **Curso de geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
7. BECKER, Bertha & EGLER, Claudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro:Ed.Bertrand Brasil, 1993, 267p.
8. BROCHARD, Jacques Perruchon de. **A miragem do futuro: a nova ordem internacional**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.
9. BRODIE, Bernard. **War and politics**. New York, 1973.
10. BRZEZINSKI, Zbigniew. **Game plan: a geostrategic framework for the conduct of the U. S.–Soviet contest**. Boston: Atlantic Monthly Press, 1986.
11. CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. São Paulo: Ed. Papirus, 1988.

12. CASTRO, Therezinha. **África: geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
13. CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume III-Fim de milênio. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1999.
14. CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 45, n. 1, 2002, p. 5.
15. CHALIAND, Gerard & RAGEAU, Jean-Pierre. **Atlas stratégique: géopolitique des rapports de forces dans le monde**. 2ed. rev., 1983, 223p.
16. CHOMSKY, Noam. Um divisor de águas para os EUA. In **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 16 set. 2001. p.14.
17. _____. **11 de setembro**. 6ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001, 160p.
18. CORVISIER, André. **Dictionnaire d'art et d'histoire militaires**. Paris, PUF, 1988.
19. COSTA, Thomaz Guedes. Política de defesa: uma discussão conceitual e o caso do Brasil. In **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano 37, n. 1, 1994, p. 24.
20. CLINTON, William. **A national security strategy of engagement and enlargement**. Washington, DC: 1995.
21. COLSON, M. La strategie americaine. In **Conférence au Collège Interarmées de Défense**. Paris, 1996. 17p.
22. GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1998.
23. _____. **Vagão descarrilhado. O Brasil e o futuro da economia global**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2002, 143p.
24. GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a globalização**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, 264p.
25. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 3ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001, 165p.
26. HANDEL, Michel I. **Masters of war: Sun Tzu, Clausewitz and Jomini**. Portland, 1992, 176p.
27. _____. **Weak states in the international system**. London, 1981.
28. HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
29. HIRSH, Michael. Bush and the world. In **Foreign Affairs**. v.81, n. 5, sep-oct 2002, p. 18.
30. HOBBSBAWN, Eric. Entre a razão e a insanidade. Uma reflexão sobre os atentados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 set. 2001. p. 12.
31. _____. **Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. 2ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995, 598p.
32. HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998, 455p.